

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1395049 - DF (2018/0293815-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : RICARDO HENRIQUE SUNER CADDAH
ADVOGADOS : JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO - DF001441A
GLÁUCIA ALVES DA COSTA E OUTRO(S) - DF022531
CAMILLA LOUISE GALDINO CÂNDIDO - DF028404
KARINA BALDUINO LEITE - DF029451
JÉSSICA CARNEIRO RODRIGUES - DF050194
AGRAVADO : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS -
DF011694
BRUNO RODRIGUES PENA - DF025984
CAIO CESAR FARIAS LEONCIO - DF035337
BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES - DF036192
DAISY MACHADO MENDES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
- DF036226

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. CERCEAMENTO DE DEFESA EM RAZÃO DO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PERÍCIA ATUARIAL. PRECEDENTES. 2. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal é no sentido de que "em regra, a verificação quanto à necessidade de produção de prova pericial esbarra no óbice da Súmula n. 7 do STJ. Contudo, 'em vista as peculiaridades da relação contratual de previdência privada, assentada em regulamento elaborado por meio de complexo cálculo atuarial, assim como dos interesses envolvidos em demandas que digam respeito à revisão de benefícios, à luz da iterativa jurisprudência do STJ, fica nítida a ocorrência do cerceamento de defesa' caso seja indeferida a aludida prova (REsp n. 1.345.326/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/4/2014, DJe 8/5/2014)" (EDcl no REsp 1.526.784/RS, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 06/08/2015, DJe 13/08/2015)

2. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator